



Arquiteturarevista

ISSN: 1808-5741

arq.leiab@gmail.com

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

de Lima, Carlos Henrique

A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública

Arquiteturarevista, vol. 10, núm. 1, enero-junio, 2014, pp. 31-36

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193631448005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública

Insurgent city: Strategies of urban collectives and public life

Carlos Henrique de Lima

graod.s@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO – O presente artigo aborda duas experiências que atualmente permeiam o espaço das cidades. A primeira está representada pelo muro como metáfora da segmentação crescente do tecido urbano, que tem como uma das consequências a criação de territórios autônomos na cidade. A segunda se configura a partir das mobilizações de coletivos urbanos que, por meio de intervenções críticas nos espaços livres públicos, confrontam seu agenciamento autoritário que tem como um dos resultados visíveis a própria subtração da vida pública nos espaços abertos. Essa crise de alteridade e de abandono dos espaços públicos abre espaço para o que alguns autores denominam de *militarização urbana*, caracterizada pelo combate permanente contra ameaças quase intangíveis e pelo investimento crescente em aparatos de segurança. Como contraponto a este cenário, a análise de ações recentes de coletivos urbanos (artistas e ativistas) pode lançar luz a temas sobre a sociabilidade no espaço público e o que podem trazer de positivo para a sociabilidade. Como pano de fundo, espera-se que a análise possa contribuir para construção de um aparato crítico no campo das disciplinas urbanas, capazes de apontar alternativas positivas em favor da vida nas cidades.

Palavras-chave: espaço público, coletivos urbanos, militarização urbana.

ABSTRACT – This article presents two experiences that currently permeate the space of cities. The first is represented by the wall as a metaphor for the growing segmentation of the urban fabric which has as one consequence the creation of autonomous territories in the city. The second experience is based on the mobilization of urban collectives that, through critical interventions in public spaces, confront the authoritative projects which result in the very subtraction of public life. Some authors refer to this crisis of otherness and abandonment of public open space as an urban militarization, which is characterized by permanent combat against intangible threats and growing investment in security apparatuses. As a counterpoint to this scenario, the analysis of recent actions of urban collectives (artists and activists) can shed light on issues about the public space and sociability and their positive aspects for sociability. As a background, it is expected that the analysis can contribute to building a critical apparatus in the field of urban disciplines able to point out positive alternatives for life in cities.

Keywords: public space, militarization of urban life, urban collectives.

A subtração da vida pública

O medo é hoje uma das forças que dão forma à vida nas cidades. No caso das grandes metrópoles brasileiras, percebe-se que houve um aprimoramento dos mecanismos de controle e vigilância, que se tornaram cada vez mais ostensivos, sendo um dos elementos mais presentes na forma das cidades. As câmeras de vigilância, as grades e barreiras e os muros que cercam as fronteiras de propriedade “criam lugares privados dentro da cidade pública” (Caldeira, 2000, p. 4). Essa relação abre espaço para uma crise de alteridade expressiva na dimensão socioespacial e tende a subtrair aspectos positivos da sociabilidade urbana, como o convívio comum e o contato com o outro.

Estas estratégias de discriminação proporcionadas por uma forma de segurança centrada nas elites dirigentes transformam a paisagem urbana, influenciando “os padrões de circulação e trajetos diários, hábitos e gestos

relacionados ao uso de ruas, do transporte público, de parques e de todo o espaço público” (Caldeira, 2000, p. 301). Há, portanto, um novo padrão de segregação urbana baseado na segurança, que torna os encontros nos espaços públicos cada vez mais tensos, “até violentos, porque têm como referência os estereótipos e medo das pessoas. Tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública” (Caldeira, 2000, p. 302).

Na célebre formulação de Jacobs “os olhos da rua” (2001, p. 35-41), a dimensão de vigilância ganha outros contornos. Convertida em chave positiva, esta condição promoveria a segurança nos bairros tanto quanto a diversidade de uso. No entanto, o que se vivencia em muitos centros urbanos é a degradação da ambiente pública, em favor de uma lógica de investimento e retorno pouco produtivo para valores não financeiros.

Essa decomposição foi expressa por Sennett (1998, p. 17) como declínio do homem público”, caracterizado

pela ausência de preocupação com o outro e onde o domínio da vida pública perde importância. Para Sennett, o valor da troca está no processo de encontro com o desconhecido e com a diferença, sendo que a discriminação e o amor pelo gueto “[...] tira da pessoa a chance de enriquecer as suas percepções, a sua experiência, e de aprender a mais valiosa de todas as lições humanas: a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida” (Sennett, 1998, p. 360).

A construção imagética da fronteira

De fato, este não é um problema apenas da separação entre os âmbitos público e privado. Nesse sentido, Bauman estabelece uma leitura sobre o papel da subjetivação na construção de identidades e de como entram em conflito com o coletivo. Por meio do termo “comunidade”, Bauman mostra que identidade e diferença estão sempre tensionadas nos grupos sociais e que a busca por segurança sempre se efetua às custas da liberdade, em diferentes graus e variações. A identidade, que “significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular” (Bauman, 2003, p. 21), não pode também deixar de dividir, de estabelecer um *outro*, um lado de *dentro* e um lado de *fora*. A construção desses estigmas é tão difundida atualmente que se naturaliza a tal ponto “[...] que até as próprias vítimas dos estereótipos (os pobres, por exemplo) acabam por reproduzi-los, ainda que ambigamente” (Caldeira, 2000, p. 9).

Desse modo, a criação de fronteiras ganha corpo e legitimidade, expande seus domínios em função do isolamento de pessoas, da triagem e da separação. Com efeito, mesmo num mundo que se globaliza, não se percebe o desaparecimento das fronteiras, “ao contrário, elas parecem ser erguidas em cada nova esquina de cada bairro decadente de nosso mundo” (Friedman, 1999, p. 241).

Essa sucessiva separação é explicada por Bauman como um processo em que as identidades comunitárias, “ostensivamente compartilhadas, são subprodutos ou consequências do infundável (e por essa razão tanto mais febril e veloz) processo de estabelecimento de fronteiras” (Bauman, 2003, p. 21). Deve-se ainda ressaltar que a construção imagética da fronteira é acompanhada por uma normatização da vida e por uma legitimação calcada por uma construção social (Bauman, 2003, p. 21):

Só depois que os marcos de fronteiras são cravados e as armas estão apontadas contra os intrusos é que os mitos sobre as antiguidades das fronteiras são inventados e as recentes origens culturais e políticas da identidade são cuidadosamente encobertas por “narrativas de gênese”.

A dimensão performática do muro

Muitas são as causas e consequências desse fenômeno, sendo que essa redefinição de domínio não está apenas nas mãos de comunidades. O direcionamento

de recursos em infraestrutura e equipamento público; as políticas de uso e ocupação do território; a forma e agenciamento de empreendimentos urbanos; as práticas de governo em torno do tema da segurança pública, tudo contribui para que existam cidades com graus maiores ou menores de clivagem entre os interiores e a vida pública.

Por outro lado, presenciamos no contexto atual a multiplicação de redes, de trocas de informação e fluxos que dão novo sentido à interação entre grupos. As fronteiras parecem perder seu sentido na delimitação dos lugares na mesma velocidade em que são interpostas com o intuito de controlar a livre circulação entre os meios. O surgimento dessas estruturas de cerceamento se realiza em diversas escalas, ou seja, não é um fenômeno exclusivo da vida urbana, pelo contrário: as cidades parecem sofrer a extensão de uma prática territorial instituída pelos Estados.

Para Wendy Brown (2010), o declínio da soberania dos Estados-nação fez surgir a vontade de estabelecer o território por meio da construção de muros, na tentativa de impedir circulações e fluxos que se sucedem entre fronteiras. No entanto, os muros projetam um poder e uma eficácia que não podem exercer, possuindo um valor performático e simbólico em um contexto de acelerada transformação das identidades culturais, das trocas e intercâmbios. No momento em que a escala da globalização parece afetar as soberanias nacionais, as fronteiras fazem emergir um discurso de separação paradoxal caracterizado pelo alheamento: um exterior, denominado *eles*, e um interior, nomeado como *nós*. Contra quem se estabelecem essas separações? Afinal, qual o lado de dentro e qual o lado de fora desses mundos?

A descrição de Brown é semelhante a diversos cenários da vida urbana. Os muros que delimitam a privacidade em oposição aos espaços comuns carregam a vontade de se instituir um modo de vida onde exista o menor deslocamento em direção ao outro, seja na esfera individual ou coletiva. Esse cenário em que se criam dois ou mais mundos separados é sensivelmente mais intenso em sociedades marcadas por instâncias de participação pouco efetivas, por crises de representação que estabelecem grandes separações entre os atores envolvidos no processo de constituição urbana.

A gradativa negação do espaço público efetuada por esses enclausuramentos sucessivos amplia as tensões sociais e pouco contribui para as formas coletivas de apropriação do espaço. Nesse contexto, o desenho de políticas sociais acaba por assumir essa segmentação, operando esforços de maneira desigual, construindo um inimigo comum inominável e indefinível. A isto alguns autores denominaram *militarização da questão urbana*.

A militarização da vida pública

A proliferação dos aparatos tecnológicos de controle acaba por configurar uma sociedade militarizada em

que as ideias e os próprios termos de segurança militar são transferidos de maneira sutil para a vida cotidiana. Para Stephen Graham (2011), este aparato tem por princípio (entre outros) a extensão dos sistemas de vigilância dos aeroportos, por exemplo, para toda a sociedade, no controle das atividades permitidas, da mobilidade oferecida, e assim por diante. Sua leitura permite que façamos uma analogia ao que Rem Koolhaas define como *Cidade Gênérica*, marcada pela convergência de sensações tênuas e distendidas, um lugar onde se está permanentemente em trânsito (Koolhaas, 2010).

A mobilização do poder constituído faz com que esse estado de vigilância se torne de certa forma permanente. Por extensão, este poder estatal gasta cada vez mais recursos tentando deixar separadas as ameaças malignas, operando de forma desigual na condução política. No limite, o próprio Estado acaba praticando uma “violência vertical” (Przeworski, 1999, p. 325), caso das centenas de homicídios cometidos pelas polícias nas favelas violentas do Brasil. O poder se torna o meio pelo qual se medeiam as relações, se se quiser pensar a partir de Foucault, não se habitam espaços, e sim posições de poder.

Seguindo raciocínio semelhante, Marcelo Souza desenvolve o termo *Fobópole* como resultado de uma cidade que, apesar de muito vigiada, faz com que seus cidadãos vivam sob a constante ameaça da insegurança. Para ele a formalização excessiva do meio e o desequilíbrio entre as diferentes esferas de convívio no espaço fizeram surgir uma sociedade de lugares anêmicos em que se percebe a “deterioração da sociabilidade e da civilidade e as restrições ao exercício da cidadania – em suma, de ameaças e limitações à autonomia, tanto individual quanto coletiva” (Souza, 2008, p. 84). Nesse cenário, proliferam estratégias e termos militares que aparecem como metáfora para uma vigilância permanente, tal qual descrita por Graham (2011, p. XIV, tradução nossa):

O que é fundamental para o novo urbanismo militar é a mudança de paradigma, em que os espaços públicos e privados da cidade, bem como sua população civil, são vistos como alvos e ameaças. Isso se manifesta no uso generalizado da guerra como metáfora dominante para descrever a condição perpétua e ilimitada das sociedades urbanas: em guerra contra as drogas, contra o crime, contra o terrorismo, contra a insegurança em si. Este empreendimento integra a militarização de uma ampla gama de debates políticos, de paisagens urbanas, de circuitos e redes de infraestrutura, enfim, de toda cultura popular e urbana.

O tensionamento dessa situação se apresenta, mas não somente, em formas autônomas de concepção do mundo que tentam minar a homogeneização das cidades de hoje. Estes arquipélagos imaginativos se desenvolvem a partir de outras noções de sociabilidade, em que a cidade

se torna um espaço fundamental para dissidência e mobilização da sociedade civil. Esse é o caso, por exemplo, das redes organizadas de movimentos sociais que se valem de um vocabulário conceitualmente voltado à expressão da diversidade de vida e de caminhos mais imaginativos, sensíveis, permeáveis e dinâmicos para a vida urbana.

Estas formas vindicativas de transformação levam adiante a ideia de que “o urbanismo não deve regularizar desigualdades decorrentes das escolhas individuais” (Rodrigues, 2009, p. 11), nem acreditar unicamente nas possibilidades tecnológicas como meio de emancipação. Nesse sentido, a força dos coletivos urbanos, em muitas de suas vertentes criativas, situa-se contra o processo de formulação de territórios cultivados a partir da projeção de estigmas, do medo e da violência. Estes coletivos se pautam em estratégias consistentes para minar propostas autoritárias, com as quais os aparelhos de Estado constroem ações normativas, a fim de enquadrar a forma social em todas as suas dimensões. É nesse horizonte que se pretende trabalhar aqui.

A cidade insurgente: estratégias dos movimentos urbanos de hoje

O estudo dos coletivos urbanos e sua relação com a materialidade urbana está diretamente relacionado ao conjunto de contradições que seu espaço é capaz de expressar. As redes de solidariedade se amparam nas novas dimensões tecnológicas de troca, especialmente aquelas construídas de maneira contínua e aberta em favor da difusão contínua de saberes. Essas formas insurgentes de ações constituem como uma rede, capaz de “articular a heterogeneidade de múltiplos atores coletivos em torno de unidades referenciais normativas, relativamente abertas e plurais” (Scherer-Warren, 2008, p. 515).

As ações ativistas se manifestam como práticas críticas que se colocam em diversas escalas, desde o microambiente urbano até a dimensão do ciberspaço. A análise conjuntural desses movimentos mostra como seus membros manifestam o desejo de transformação relacionado não apenas a gênero, etnias e classes, como também a temas urbanos tais como mobilidade, uso e ocupação do espaço público, patrimônio material e imaterial, enfim, pela própria redefinição da esfera pública. Assim, reivindicam novas possibilidades de leitura dos espaços urbanos em favor da solidariedade, proporcionando uma criação paralela e eficaz no território, ao que Thales Ab'Saber denominou “ação crítica densa no presente.”¹

Acreditando que a configuração da forma urbana é resultado tanto da constituição material – na forma de projetos e representações oficiais e agentes da sociedade civil – quanto do conjunto de percepções – da dimensão

¹ Em palestra da 11ª Festa da Literatura Internacional de Paraty, a respeito das incursões urbanas promovidas pelos movimentos sociais urbanos em cidades brasileiras, especialmente, pelo Movimento Passe Livre em São Paulo, nas primeiras semanas de junho de 2013.

afetiva e das intervenções imateriais (Sansão, 2011) –, propõe-se aqui que a ação solidária de grupos de indivíduos é um elemento articulador decisivo na dimensão urbana, devendo ser considerado não apenas nas contradições que revela, mas naquilo que possui de força propositiva. Estas ações coletivas de participação que procuram diminuir as fronteiras, ultrapassar as barreiras e propor novas formas espaciais, por vezes usam o muro como anteparo, como um suporte para ideias que possam derrubá-lo (Perry e English, 2010).

Duas ações coletivas na cidade: aspectos da transgressão

A constituição de novas solidariedades espaciais promovida por coletivos de arte pode ajudar a entender o jogo de forças político e social que procuram questionar. Mais do que isso, mapear as demandas colocadas por esses grupos pode revelar quais as contradições do contexto de segregação até aqui apresentado. Quais os cenários dessas ações? Como podem alterar a percepção de lugares?

Segundo Habermas, o conflito capital-trabalho sofreu mediação controladora do Estado que se ocupou em expandir a normatização da esfera individual (Habermas, 1987), de tal forma que essa colonização do mundo da vida deslocou a energia para novas zonas de conflito, que não se situam apenas em espaços coletivos (clubes, igrejas, associações), mas no domínio do espaço público. Isto nos leva a pensar se a redefinição que se operou recentemente no conjunto de conotações do espaço público conduziria às referidas formas associativas de resistência contra seu abandono.

Como forma de entender estes aspectos, propõe-se aqui a análise de duas intervenções de curta duração no espaço urbano. A primeira é proposta pelo arquiteto Gil Doron, que procura desenvolver o conceito de transgressão, tal qual entendido em Foucault, para tornar visíveis e enfraquecer as fronteiras físicas e invisíveis que dominam a vida pública. De maneira semelhante, a obra “Me dê motivo”, resultado de uma parceria dos coletivos de arte *Opavivará!* e *Gia Bahia*, mostra como o enclausuramento na vida urbana acaba por gerar situações-limite pouco produtivas para o convívio e a igualdade.

A cidade em maus lençóis

Em 2001, durante uma palestra do arquiteto Richard Rogers no *Royal British Institute of Architects*, Gil Doron funda o grupo *Transgressive Architecture*, com o propósito de denunciar o silêncio dos arquitetos no que

se refere a políticas de governo para o espaço público². Doron propõe conjugar o domínio das intervenções temporárias à “transgressão”, tal qual definida por Foucault, a partir da confrontação de limites (Doron, 2007, p. 255, tradução nossa):

A produção desta arquitetura ilegal, assim como outros trabalhos do grupo [Transgressive Architecture], faz eco aos atributos espaciais e conceituais da transgressão, conforme esta foi definida por Bataille e Foucault (1997). Para eles, o termo não é entendido como ato revolucionário ou como ação capaz de constituir um novo espaço, mas sim como uma ação que revela e testa fronteiras, ampliando-as sem, no entanto, destitui-las.

Para Doron (2007), o abandono dos lugares possui conotação negativa, sendo que a vitalidade dos lugares se esvazia por motivos insondáveis. Os mecanismos invisíveis de regulação que conferem mais ou menos permeabilidade do espaço público só se realizam no âmbito do espaço socialmente ocupado.

Doron defende que tal permeabilidade do espaço público depende de sua existência material e social, ou seja, das relações construídas pela ação. O verdadeiro espaço público, segundo Wigley, deveria confrontar categorizações. “Não deveria nem mesmo ser reconhecível como um espaço. Sua abertura para a transgressão dos agentes seria de tal ordem que teria sequer forma clara ou limites definidos” (Wigley, 2002, p. 284, tradução nossa). Ante a vasta abertura de interações possíveis, “os espaços livres de programação estão, por isso mesmo, em transformação constante” (Doron, 2007, p. 17, tradução nossa).

Duas ações do grupo podem ser situadas para ilustrar suas estratégias. Em 2001, a intervenção “Maus Lençóis” consistia em revelar atividades urbanas difíceis de serem mapeadas ou codificadas. Os lençóis eram dispostos numa praça pública, configurando uma barreira ao movimento natural dos passantes. Outros seis tecidos foram impressos de um lado com imagens de sem teto, prostitutas, ambulantes e outros nômades urbanos, do outro, com o código de zoneamento da cidade proposto pelo plano de Rogers *Rumo a um Renascimento Urbano*. Questionavam com isso a apropriação funcionalista da cidade, em que as atividades desviantes eram deixadas de lado. Portanto, proponham uma diversidade urbana calcada no reconhecimento de todos os modos de vida que conferem aspecto positivo ao convívio social e à alteridade.

O domínio da lentidão

Este raciocínio está manifesto nas incursões dos coletivos de arte *Opavivará!* e *Gia Bahia*. Em 2013, eles se

² O grupo de Gil Doron escolheu a palestra de Rogers porque na época ele era o chefe da *Urban Task Force* (UTF), dirigida pelo governo. A UTF publicou um tratado em 1999, *Rumo a um renascimento urbano*, onde se argumentava que apenas as atividades de lazer de classe média eram adequadas para espaços públicos da cidade. Ver: Doron (2007).

reuniram em uma “residência processual colaborativa” na cidade de Salvador, denominada “Me dê motivo”. O local escolhido foi o Solar do Unhão, antigo engenho de cana-de-açúcar onde hoje funciona o Museu de Arte Moderna da Bahia. O museu se situa às margens de uma avenida expressa, à beira do mar, e hoje guarda muito pouco da dimensão intelectual orgânica proposta por Lina Bo Bardini, quando realizou seu restauro em 1963.³

O local da intervenção foi a praia do museu, situada em frente ao Parque das Esculturas, uma zona isolada e restrita do complexo arquitetônico do MAM. Até bem pouco tempo não havia entrada livre para a praia, e o espaço ficava restrito a um público seletivo. Carrinho de música, carrinhos com líquidos refrescantes, cadeiras de praia, tudo convergia para criar um ambiente de convívio coletivo. Tudo confluía para uma experiência coletiva. Segundo uma descrição resumida feita pelo grupo:

Como não poderia deixar de ser, em se tratando de uma instituição, os seguranças do MAM se sentiram incomodados com a ocupação inusitada da pequena praia quase sempre tranquila e vazia, principalmente com as possíveis ameaças à “segurança” do painel de Carybé. Os seguranças deveriam usar roupas mais leves naquele cenário tão paradisíaco, feito de calor e de maresia. O convite para se juntarem a nossa celebração não foi aceito. A praia para poucos, pra ninguém, voltou a ser praia de todos, dançando como no painel de Carybé. Ocupar espaços proibidos e ociosos da cidade com dança, música e festa é um gesto político. Mas mais do que isso é um gesto em busca do prazer, sentimento que o autoritarismo do poder público tenta cercear.

Mais uma vez, a noção de segurança patrimonial é aqui evocada. Essa mesma segurança que revela matizes de violência e segregação por políticas muitas vezes autoritárias e pouco flexíveis. Os lugares públicos parecem sofrer de uma certa obsolescência programada, a mesma que afeta produtos terciários de consumo. Mas, neste caso, a variável parece ser não apenas o tempo, mas a própria dimensão existencial dos lugares, seus usos e programações, enfim, a vida pública de um modo geral. A cidade, matéria e produto das trocas humanas, parece se encerrar aos poucos numa trajetória fechada e excluente, e contra isso é que se colocam as vozes dos coletivos organizados. Não há muros físicos que possam conter essas ideias.

Esta ação crítica interventionista valoriza o deambular, a lógica do desviante e demais inserções que impedem a funcionalização completa dos espaços em favor do consumo, e, portanto, auxiliam no entendimento da necessidade de modelos culturais heterogêneos. O geógrafo Milton Santos denomina como “rugosidades” (2008, p. 74) as configurações urbanas de tempos lentos, “espaços opacos onde a racionalidade técnico-científica encontra dificuldade de penetrar” (Schvarsberg, 2012, p. 144).

O domínio público tende a ter suas esferas subtraídas no ritmo acelerado de homogeneização das cidades. As intervenções ativistas aqui debatidas levantam possibilidades de participação e do diálogo aberto entre coagentes, que poderão se reconhecer nas ações interventionistas, discutir alternativas e até mesmo conferir resultados ao convívio cívico (Buttner, 2002). O ciclo de abandono e cerceamento de atividades dos espaços livres públicos é um dos fatores decisivos para se pensar no medo e na violência urbana, sendo este abandono, ele mesmo, operado muitas vezes por práticas de governo excludentes e violentas.

Considerações finais

Os coletivos sociais se desenvolvem nas cidades de diversas formas, dada a combinação entre o acúmulo de contradições em determinada situação política. Deve-se pensar que estes confrontos resultantes da capacidade de mobilização podem se materializar por meio de modos de inserção crítica no tecido social. É a partir daí que se pode pensar numa perspectiva dos movimentos ativistas, entendidos dentro do amplo campo de práticas sociais que inserem questões acerca dos lugares e de sua apropriação por parte dos sujeitos.

Quais os limites e possibilidades dessas intervenções? Como essa energia propositiva pode ser assimilada pelas disciplinas urbanas? Parte-se da premissa de que processos mais plurais e abertos de constituição urbana são mais eficientes no agenciamento de questões como: (i) o declínio dos espaços públicos; (ii) subtração de espaços livres abertos e ausência de coletividades em interação; (iii) violência e degradação urbana. Isto decorre do fato de que as escolhas individuais alteram consideravelmente o ambiente urbano em todas as suas dimensões.

Qual o papel que cabe aos urbanistas nesse cenário crescente de mobilizações? A militarização urbana marcada pelo medo do outro pode ser revertida por um urbanismo engajado e militante? As formas associativas encarnadas na coletivização são essenciais no processo de realinhamento de perspectivas demandado em momentos de crise. O medo e a violência nas cidades serão resolvidos se equacionados com ações mais abertas e participativas.

É possível que, a partir dessa análise, se possam pensar estratégias para a prática urbanística fundada na produção de mudanças graduais e sucessivas, empenhadas na participação dos diferentes atores nesse processo. As formas de construção do futuro de cidades mais abertas e de interações mais consistentes devem permanecer como tópico de maior relevo nas discussões sobre arquitetura e urbanismo nos próximos anos. Aos coletivos urbanos, movimentos sociais e ações ativistas caberá um papel

³ Sobre o antigo Museu de Arte Popular da Bahia, ver o artigo de Silvana Rubino que esclarece a dimensão participativa presente na obra de Lina, e que se estendia para o Museu, que teve seu projeto institucional desmontado em 1964 com a chegada dos militares ao poder.

central nessa formulação: contra toda forma de violência e por cidades mais justas e diversas.

Referências

- BAUMAN, Z. 2003. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Zahar, 144 p.
- BROWN, W. 2010. *Walled States, Waning Sovereignty*. Nova Iorque, Zone Books, 167 p.
- BUTTNER, C. 2002. Projetos artísticos nos espaços não institucionais de hoje. In: V.P. PALLAMIN, *Cidade e cultura, esfera pública e transformação urbana*. São Paulo, Estação Liberdade, p. 73-102.
- CALDEIRA, T. 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Ed. 34/Edusp, 401 p.
- DORON, G. 2007. Transgressive Urban Space. In: K. FRANCK; Q. STEVENS, *Loose Space: Possibility and Diversity in Urban Life*. London, Routledge, p. 210-228.
- FRIEDMAN, J. 1999. The Hybridization of Roots and the Abhorrence of the Bush. In: M. FEATHERSTONE; S. LASCH, *Spaces of Culture*. London, Sage, p. 230-256.
- JACOBS, J. 2001. *Vida e morte de grandes cidades*. São Paulo, Martins Fontes, 510 p.
- GRAHAM, S. 2011. *Cities under Siege: The New Military Urbanism*. New York, Verso, 288 p.
- HABERMAS, J. 1987. A nova intransparência. *Revista Novos Estudos CEBRAP*, 18:103-14.
- KOOLHAAS, R. 2010. *Três textos sobre a cidade*. Barcelona, Gustavo Gili, 111 p.
- PERRY, W.; ENGLISH, R. 2010. *Against the Wall: The Art of Resistance in Palestine*. London, Lawrence Hill Books, 192 p.
- RODRIGUES, D. 2009. *Urbanismo Subterrâneo: Argumentos Éticos para o Uso e a Ocupação do Solo*. Universidade de Brasília, DF. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 207 p.
- SANSÃO, A. 2011. *Intervenções temporárias, marcas permanentes: a amabilidade nos espaços coletivos de nossas cidades*. Rio de Janeiro, FAU-UFRJ, 282 p.
- SANTOS, M. 2008. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5ª ed., São Paulo, USP, 392 p.
- SCHERER-WARREN, I. 2008. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? *Caderno CRH*, 21(54):505-517.
- SCHVARZBERG, G. 2012. A rua e a sociedade capsular. *Revista Oculum Ensaios*, 16:138-149.
- SENNETT, R. 1998. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 448 p.
- PRZEWSKI, A. 1999. O Estado e o Cidadão. In: L.C.B. PEREIRA; J. WILHEIM; L. SOLA (orgs.), *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo/Brasília, Editora UNESP/ENAP, p. 325-356.
- SOUZA, M.L. 2008. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro, Bertrand do Brasil, 288 p.
- WIGLEY, M. 2002. An Interview with Mark Wigley. *Architectural Theory Review*, 7(1):89-102. <http://dx.doi.org/10.1080/13264820209478447>

Submetido: 11/10/2013

Aceito: 01/06/2014

Carlos Henrique de Lima
 Universidade Federal do Rio de Janeiro
 Av. Reitor Pedro Calmon, 550
 Prédio da FAU, Reitoria, 5º andar, sala 521
 Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, Brasil